

IRSA - CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL (01/10/2025 A
20/01/2026) - IRSA 35 - PUBLIC POLICIES FOR FAMILY FARMING IN LATIN
AMERICA AND THE CARIBBEAN

**AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR
PELOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE (SP) E OS
DESAFIOS PARA O CUMPRIMENTO DAS REGRAS DO PNAE**

Antonio Nivaldo Hespanhol (nhespanhol@gmail.com)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), criado em 1955 como Campanha da Merenda Escolar (CME), passou por importantes reformulações institucionais, destacando-se a descentralização das compras de alimentos nos anos 1990 e a promulgação da Lei nº 11.947/2009. O Artigo 14 dessa lei estabelece a obrigatoriedade de aplicação mínima de 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) na aquisição direta de alimentos da agricultura familiar, por meio de chamadas públicas. Analisam-se os fatores que favorecem e os que dificultam a aquisição direta de alimentos da agricultura familiar pelos municípios da Região Geográfica Imediata de Presidente Prudente (SP), no período de 2011 a 2022. Os dados indicam que, embora o percentual médio regional de compras da agricultura familiar (24,07%) tenha se mantido acima das médias do estado de São Paulo (20,47%) e do Brasil (23,46%), a região não atingiu, de forma

contínua, o patamar mínimo legal de 30%. Evidencia-se significativa heterogeneidade intrarregional, com municípios altamente aderentes à legislação, como Nantes, Rosana, Teodoro Sampaio e Presidente Prudente, contrastando com municípios pouco aderentes ou refratários, que não realizaram aquisições da agricultura familiar ao longo do período analisado. A análise por quadriênios revela avanço nos percentuais de compras no Brasil e no estado de São Paulo, especialmente entre 2015 e 2019, seguido por oscilações associadas a restrições institucionais e operacionais, intensificadas no contexto da pandemia de Covid-19. Metodologicamente, a pesquisa articula levantamento bibliográfico, análise documental, tratamento de dados secundários do FNDE e pesquisa de campo. Conclui-se que o cumprimento do Artigo 14 depende menos da disponibilidade de recursos e mais da capacidade de gestão municipal, da organização produtiva da agricultura familiar e da articulação entre atores locais, indicando a necessidade de ações integradas de apoio técnico, planejamento e fortalecimento institucional para ampliar a efetividade do PNAE.

Palavras-chave: agricultura familiar; compra institucional; políticas públicas; programa nacional de alimentação escolar (pnae); municípios.